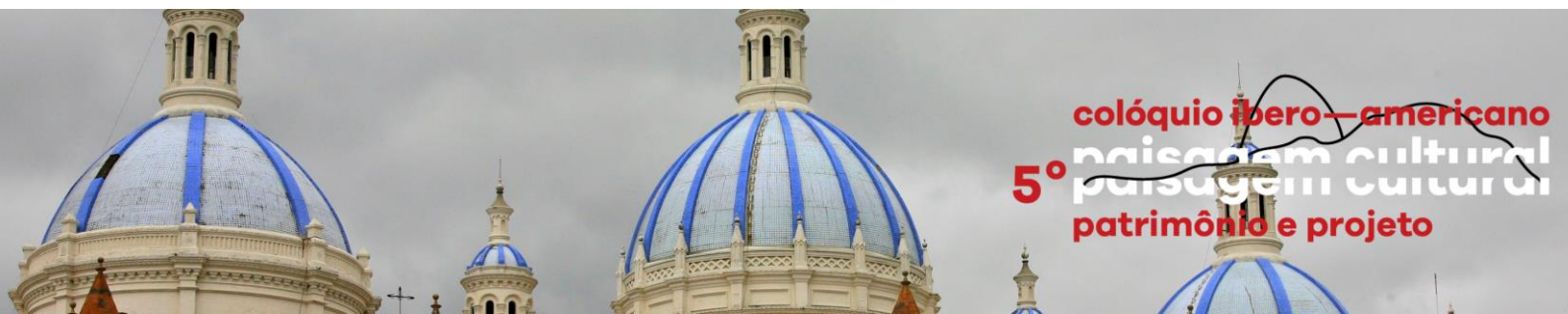




## **O CONJUNTO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DE CONGONHAS/MG: A PAISAGEM VISTA EM 1941 E NA ATUALIDADE**

**SILVA, BÁRBARA MONTEIRO CORDEIRO E<sup>1</sup>; CASTRIOTA, LEONARDO BARCI<sup>2</sup>**

1. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável  
Rua Paraíba, 697.  
Bairro Funcionários  
CEP 30.130-140 – Belo Horizonte – Minas Gerais  
arquitetura.barbaramonteiro@gmail.com

2. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável  
Rua Paraíba, 697. Sala 201.  
Bairro Funcionários  
CEP 30.130-140 – Belo Horizonte – Minas Gerais  
leocastriota@yahoo.com.br

### **RESUMO**

O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas/MG foi tombado pelo Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) através da inscrição no Livro do Tombo Etnográfico, Arqueológico e Paisagístico em 1941. Na ocasião não ocorreu a delimitação da área protegida sendo que, em 1988, foi realizado um estudo que passou a compor o Dossiê de Tombamento do conjunto. Considerando que o conjunto urbano passou por profundas mudanças, que interferiram nos atributos que motivaram a salvaguarda. Buscar-se-à, então, a partir do material que compõe o tombamento, identificar as características da paisagem de 1941 que se interessava preservar e como as transformações posteriores impactaram esta realidade até os dias de hoje. Em seguida, se tentará contextualizar esta situação com a dialética colocada por Sartre entre aparência e essência, deslocando a discussão para o âmbito da paisagem urbana.

**Palavras-chave:** Paisagem; Conjunto Urbano; Congonhas/MG.

## Introdução

Como forma legal na proteção e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, foi criado o Decreto-Lei nº 25 de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, através do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Este patrimônio, que inclui também os monumentos naturais, os sítios e as paisagens cujas características naturais ou provenientes do agenciamento humano se fizeram de forma notável (BRASIL, 1937), é definido em lei como

o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937).

Após a definição dos bens que incorporam tais valores, é efetivado o tombamento através da inscrição nos livros do tombo, divididos em quatro grupos: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas Artes, Livro do Tombo das Artes Aplicadas (BRASIL, 1937). Aqui, se expõe uma particularidade do conjunto urbano em estudo. Diferentemente dos outros seis conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN em Minas Gerais nos primeiros anos de atuação da instituição – todos eles inscritos no Livro do Tombo das Belas Artes – o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas fora inscrito, em 1941, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico – o que indica a predominância não dos atributos estéticos, mas de características antropológicas, sociais e/ou paisagísticas naquele território.

Assim como nos demais casos, não houve na época do tombamento, a delimitação do perímetro de proteção do conjunto. Logo, se pressupõe que o objetivo da preservação incidia sobre todo o conjunto, conforme àquele existente na década de 40 (BRASIL, 1988). Porém, ao observá-lo, se nota a baixa efetividade do tombamento, tendo em vista as modificações sofridas na paisagem congonhense, que acarretaram em significativas alterações em relação aos atributos que motivaram sua salvaguarda. É proposta, assim, uma análise temporal da paisagem de Congonhas, dividida entre as décadas de 1940 e 1970 e da década de 80 até os dias atuais, tendo como foco os atributos contidos no dossiê do IPHAN. A partir deles, buscar-se-á identificar as principais transformações ocorridos no espaço urbano, como a paisagem existente corrobora ou desconsidera as características instituídas no tombamento federal; tentando estabelecer uma relação destas questões com o existencialismo segundo Sartre (2005), a partir da dialética entre aparência e essência. O autor, em sua “teoria do fenômeno”, rejeita tal dualismo por entender que ele não pode ser legitimado pela filosofia. Esta rejeição acontece pela compreensão de que o ser de algo

existente – aquilo que ele aparenta –, traz embutido a ideia da fenomenologia e, então, se tem a aparência revelando a essência. Sendo, a realidade física, o conjunto das manifestações, a unidade sintética resultante. Apesar disso, o filósofo acrescenta não ser possível eliminar todas as dualidades entre o ser e o aparecer, que passariam a ser entendidos enquanto manifestações finitas e infinitas. A primeira sendo aquilo que o existente aparenta ser – a “aparência”, dimensão mais objetiva – e, a segunda, sendo aquilo que é subentendido do existente, a partir da visão de cada indivíduo que o vê – a “aparência-do-que-parece” (SARTRE, 2005, p. 17), algo subjetivo e fenomenológico, que transcende do finito para o infinito.

A abordagem considerará primeiramente e de forma primordial, a existência e as principais transformações ocorridas na paisagem a partir da máxima sartriana, a fim de entender o espaço urbano a partir da visão existencialista do filósofo. Para, então, entender como a aparência se relaciona com a essência, formando o todo – a paisagem atual – já que, embora o filósofo compreenda a subjetividade de quem vê e analisa, também considera a liberdade de escolha do homem, a partir da qual a realidade é moldada. Ou seja, antes de ser um conjunto tombado, a paisagem existente retrata as ações humanas de forma livre, condicionadas não apenas às representações instituídas por outros, mas também pelo que a população fez e/ou aceitou que se fizesse daquele lugar. Deixando claro que a intenção aqui jamais foi desmerecer a importância deste conjunto ou desprezar as ações dos órgãos de patrimônio (embora se entenda certa negligência por parte deles no passado), mas, simplesmente, analisar o contexto estudado a partir de sua realidade espontânea, diferente daquela determinada pelo campo do patrimônio. Embora as ocorrências representem uma perda para a cidade e para os testemunhos nacionais do período colonial, é uma realidade a ser entendida pelo que é, servindo para se refletir outros contextos que possam vir a sofrer com condicionantes semelhantes, e evitar que a descaracterização ocorrida se repita em outros locais.

O recorte de estudo será a área denominada atualmente pelas instâncias que legislam sobre o patrimônio cultural da cidade, como Ambiências Históricas de Congonhas. Este perímetro compreende, segundo o Dossiê de Tombamento do IPHAN – composto por estudo posterior de 1988, desenvolvido pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), junto ao Programa pró-Memória e com apoio da Prefeitura Municipal de Congonhas (PMC) – naquela que seria a área ocupada do município na década de 40.

## A ocupação inicial em Congonhas/MG

O surgimento do arraial é datado do século XVIII, a partir da exploração de lavras de ouro no Rio Maranhão – este, corta o centro da atual Congonhas. A partir de relatos de Saint-Hilaire (*apud* BRASIL, 1988) é possível ter uma noção de quão pequeno era o lugarejo no início do século XIX. Em 1813, a população aproximada era de 2.412 habitantes, passando para 2.640 em 1822 e alcançando os 3.750 habitantes em 1890 (crescimento inferior a 56% em 77 anos). Segundo o Almanack administrativo, mercantil, industrial, científico e literário do município de Ouro Preto (*apud* BRASIL, 1988), no final do século XIX (FIGURA 1) haviam cerca de 200 casas particulares no arraial, além das que se localizavam no entorno do Santuário, com o intuito de abrigar os romeiros durante o Jubileu – principal festa religiosa do município, que acontece anualmente, atraindo milhares de devotos. A localidade, que já pertenceu às cidades de Ouro Preto e Queluzito (atual Conselheiro Lafaiete), foi elevada à categoria de município apenas em 1938 – fato que explica a falta das praças cívicas comumente existentes nas adjacências de prédios públicos –, sendo que, no ano seguinte, aconteceu a inscrição do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos no Livro do Tombo das Belas Artes do IPHAN.

Imagem 1: Visada da igreja da Matriz para o Santuário, em 1942-44. Clara marcação dos eixos no traçado urbano.



Fonte: GAUTHEROT, 2009.

A conformação urbana colonial foi mantida até o século XX, cenário favorecido pelas recessões econômicas e considerando que o solo congonhense não era apropriado às atividades agropastoris, o que fez com que o município não participasse da recuperação agrícola e se estagnasse até a chegada da ferrovia no início do século XX e que contribuiu de forma decisiva para as transformações posteriores.

Segundo o Dossiê de Tombamento (1988), o tecido urbano da cidade no século XVIII era definido, sobretudo, por uma cruz. Seu eixo norte-sul acontecia através da ligação entre o Santuário e a Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição (tombada pelo IPHAN em 1950); enquanto o eixo leste-oeste se evidenciava através do Rio Maranhão e das edificações ao longo de suas margens. A ocupação foi iniciada pela margem direita do rio, onde estão localizadas as igrejas da Matriz e de Nossa Senhora do Rosário (considerada a primeira igreja erguida na cidade) e, posteriormente, com a construção do sacromonte, se deu a ocupação em sua margem esquerda. Esta ocupação oitocentista sofreu transformações que podem ser explicadas, de forma genérica, a partir de três acontecimentos marcantes: no século XVIII, a já mencionada extração do ouro no Rio Maranhão no eixo leste-oeste; a implantação e inauguração da ferrovia no início do século XX – que possibilitou a vinda de um número considerável de devotos à cidade e, principalmente, por representar um facilitador para a expansão industrial – e a extração de ferro e manganês, resultado do processo de industrialização no século XX (BRASIL, 1988). Após o estudo de 1988, há também um outro período a ser considerado, tendo em vista as influências formais – através da alteração de leis e, conseqüentemente, das construções e da paisagem –, e sociais na cidade. Denominado aqui de “boom da mineração”, este ínterim aconteceu no início do século XXI, mais precisamente e de forma perceptível no território, a partir de 2005, e também será tratado adiante.

### **Atributos da paisagem, instituídos no tombamento – dos anos 1940 aos 1970**

Através dos períodos históricos mais marcantes na cidade, conforme exposto no material que compõe o Dossiê, se percebe que o local sempre foi, potencialmente, *locus* das atividades mineradoras e religiosas. Nesse contexto, o estudo desenvolvido em 1988 buscou identificar os bens que participavam das políticas de salvaguarda pelos órgãos de preservação nas diferentes esferas (federal, estadual e municipal); além de reconhecer o acervo com valor patrimonial a partir do contexto cultural, buscando recuperar seu significado enquanto suporte das representações do passado, considerando seus diferentes usos ao longo do tempo.

As informações levantadas serão correlacionadas considerando as dimensões material e simbólica da paisagem, a partir da colocação de Sartre de como o “ser-para-si” (homem) se diferencia e influencia as coisas e objetos, tida pelo filósofo como “ser-em-si”. Exemplos das simbologias verificadas são a ferrovia que, além de ser um marco importante na vida econômica da cidade, por representar um avanço do transporte e da comunicação, e reunir em seu entorno a área comercial da cidade, era importante sob os aspectos sociais e culturais, enquanto local onde a população se deslocava para ver os devotos chegarem e partirem. Ela, paralela ao Rio Maranhão, e junto às praças que circundavam as igrejas (Santuário, Matriz e Rosário), eram elementos articuladores do espaço urbano, que valorizavam a arquitetura e acolhiam as principais atividades no núcleo urbano (BRASIL, 1988), sendo os principais pontos de referência no traçado em cruz original. Traçado este que, junto à topografia, são destacados no estudo de 1988 como importantes elementos para o entendimento dos atributos identificados no contexto urbano.

A situação geográfica, o traçado sinuoso das vias, condicionado pela topografia, e a praça constituíam os elementos urbanísticos que proporcionavam a valorização das construções de maior interesse e das perspectivas urbanas, e a ênfase à monumentalidade, requisito importante nas imponentes construções religiosas da época. Esses eram os elementos básicos que caracterizavam a urbanização de então. (BRASIL, 1988, p. 36 Anexo I).

Ao se analisar a planta cadastral do município, provavelmente contemporânea à proteção do conjunto urbano em 1941 (BRASIL, 1988), é perceptível que a ocupação existente naquela época mantinha clara esta marcação colonial, através dos dois eixos principais, ruas sinuosas, construções típicas e com as principais edificações (igrejas) ocupando os pontos altos; embora o traçado original já tivesse se expandido em vias centrais no eixo leste-oeste, e também nos arredores da igreja da Matriz e do Santuário e nas vias de ligação entre a ferrovia e a Romaria – edificação construída na década de 30, para abrigar os romeiros no período do Jubileu, que teve características formais e uso alterados posteriormente.

A paisagem apresentava concentração de área verde, considerando a baixa parcela de solo loteado e reduzida ocupação onde haviam imóveis, que mantinham os quintais livres. Com características tipicamente coloniais, os casarios brancos geralmente possuíam um ou dois pavimentos, tendo telhados cerâmicos de duas ou quatro águas. Logo, a paisagem urbana se configurava pelas igrejas envoltas pela serra, onde um rio cruzava a parte mais baixa, em meio as porções de terra vegetada – o que contribuía para manter a ideia da vida pacata

naquele local. Assim, é possível associar tal cenário àquele exposto no Dossiê de Tombamento do conjunto estudado, datado do início do século XX:

Congonhas é hoje um arraial silencioso, com aquele aspecto colonial das nossas antigas freguesias mineiras, encantando pela polichromia da paisagem, porém é um duplo desapontamento para o viajante curioso.

Quando o comboio, serpenteando pelas cercanias, sahe de um corte para metter-se n'outro, avista-se sobre dois morros o pontilhado do casario branco e duas velhas Igrejas que se defrontam.

[...] Tudo ou quase tudo vive ainda porque resiste ao tempo ou está longe do assalto de exploradores ou finalmente porque não se acha ao alcance do camartelo do progresso". (REVISTA ARCHITECTURA NO BRASIL apud BRASIL, 1988, p. 40-41).

Apesar de toda a semelhança do período com a época do surgimento da cidade, ainda nesta década são percebidas algumas mudanças. Em 1942, nota-se que o calçamento do período colonial em pedra aluvião da Praça Dom Helvécio existente em 1930, fora substituído por paralelepípedos. Já em 1943, na mesma praça – local antes dotado de simbologia, por ter sido espaço do poder político local, onde aconteciam comícios, passeios e atividades comerciais (BRASIL, 1988) – aconteceu a transferência da prefeitura para a Praça Presidente Kubitschek. Em 1946, ocorreu a desapropriação da Mineração Casa de Pedra. Três anos depois (1949), o legislativo municipal realiza obras de urbanização que resulta na abertura de três ruas e uma grande avenida próximo ao terreno onde aconteciam as obras do hospital da cidade (BRASIL, 1988) – a partir da análise dos mapas de 1954 e 1975, algumas destas ruas são, hoje, Rua Padre Antônio Corrêa, Rua Padre Gurgel e Avenida Padre Leonardo.

Na década de 50 é perceptível um leve adensamento nas principais ruas do eixo leste-oeste, paralelas ao Rio Maranhão. O que também acontece na via de ligação entre as duas igrejas opostas e nos arredores da igreja Matriz, com discreta ocupação das vias recém-inauguradas pela prefeitura. Foi nesta época que a ponte sobre o Rio Santo Antônio, afluente do Rio Maranhão, foi construída; facilitando a ocupação na região do atual bairro Praia e o espraiamento territorial. Outro ponto notável é o tamanho do cemitério da Matriz, bem menor que o atual. Contexto que se mantém semelhante na década de 60, ressaltando o acréscimo de construções nas proximidades da Igreja Matriz, em ruas perpendiculares a esta (atual Rua Padre Antônio Corrêa e Rua Padre Gurgel) (FIGURA 2).



Já na década de 70, a instalação efetiva da Açominas – introduzida nos anos 60, mas com operação efetivada apenas na década seguinte (BRASIL, 1988) – incentiva a extração de minério e a siderurgia, gerando crescimento demográfico excessivo e, consequentemente, uma urbanização desordenada que transforma os bairros já existentes e gera a criação de novos aglomerados (BRASIL, 1988). No mapa de 1975 é notável um crescimento da ocupação no eixo leste-oeste sentido à BR-040, e o surgimento de novos bairros – como os bairros Bom Jesus, Ideal, Vila Andreza, Fonte dos Moinhos, além do adensamento da região central e dos bairros Lamartine e Praia. Em fotografias do mesmo ano, também se nota o aumento de edificações nos morros a esquerda e adjacentes à igreja Matriz, com características construtivas como proporção e composição dos cheios e vazios, inclinação do telhado e dimensões volumétricas, distintas àquelas convencionais na década passada. Ainda na mesma década, há a alteração da escadaria da igreja Matriz, alterando a configuração original do espaço numa espécie de compressão do templo, a partir da redução do seu espaço externo (que também era local de encontro da comunidade), antes mais alongado; além da alteração do Jardim dos Passos no Santuário, seguindo o projeto do paisagista Roberto Burle Marx.

Figura 2: Visada do Santuário para a igreja da Matriz, em 1965. Embora mais adensado, o eixo de ligação entre as igrejas é perceptível.



Fonte: COSTA, 2018.

Estas modificações formais se associam às mudanças dos fenômenos que ocorrem nos espaços. Considerando que o ser humano passa por um processo de criação, antes de materializar individualmente os objetos contidos na paisagem, esta pode ser entendida,



então, como um ser fenomênico – entendido por Sartre (2005) como o resultado das manifestações de uma essência somados à aparência resultante, o que estabelece uma relação de causa e efeito. Neste ponto, se destaca a diferenciação entre o homem e as coisas, colocada pelo filósofo. Diferentemente de Platão, que acreditava que havia uma essência humana que precedia sua existência, Sartre entende que, primeiro, o homem deve existir e, então, à medida que faz suas escolhas, se molda e cria uma essência própria, partindo do pressuposto que as ações do homem são livres, embora afete o todo – sendo esta a ideia central do existencialismo sartriano. Percebe-se, então, que a relação de causa e efeito não pode ser aplicada aos homens, devido a impossibilidade de estabelecer uma causa para a existência humana.

A partir deste ponto, se percebe que a paisagem se moldou conforme a vontade humana, de forma a atender as necessidades vigentes em cada período. Enquanto no século XVIII o espaço urbano e seus elementos naturais serviam como suporte para a extração do ouro e habitação, no século XIX se adaptou para servir de suporte para a industrialização e para acolher um alto número de fiéis e as novas necessidades provenientes disto, além de uma infraestrutura urbana adequada às novas funções. Nesse contexto, a paisagem pode ser definida como objeto (“ser-em-si”). Este, sendo o meio pelo qual se estabelece e explica as relações com a “ser-para-si” (homem) (SARTRE, 2005). Aqui, a essência humana cria, a partir de suas necessidades, para materializar o “ser-em-si”, estabelecendo uma relação de causa e efeito.

Porém, outro viés inferido a partir da visão sartriana pode, também, ser considerado. Ao se considerar que o espaço urbano, pode ser visto como um “organismo” vivo, por possuir uma transcendência que lhe atribui autenticidade e por estar em constante transformação, condicionado à vontade dos indivíduos, se tem que a essência da paisagem enquanto conjunto de elementos, é formada após sua existência; invertendo a ideia da paisagem como objeto. Isto porque, embora a essência de cada imóvel ou espaço público transformado preceda sua existência, já que foi humanamente idealizado; tais transformações acontecem de forma individual e, apenas após serem inseridas no espaço comum e se estruturarem em conjunto, passam a ter uma essência coletiva. Ideia que também servirá como base para as próximas ponderações.

### **A paisagem atual – transformações urbanas a partir da década de 80**

Através da ocupação inicial do município e de seu histórico, se percebe a potencialização de suas vocações, reforçada pela baixa fertilidade do solo (BRASIL, 1988), que limitou as atividades econômicas anteriormente. Isto direcionou ainda mais o município para a

situação atual, onde o processo exploratório parece ser a principal responsável pelas massivas interferências no espaço urbano, ocorridas de forma mais acelerada a partir da década de 80.

Apesar das mudanças iniciadas em 1960, o espraiamento urbano se amplia ainda mais com o adensamento da região central e nas duas margens do eixo leste-oeste (sentido BR-040) e em regiões mais afastadas visíveis tanto do Santuário quanto da igreja Matriz. Cabe destacar o poder que as forças econômicas sempre tiveram no município, exemplificado na década de 80 através da demolição da Vila Casa de Pedra pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) que, para ampliar suas instalações, expulsa as famílias sem fornecer novas residências (O PROCESSO *apud* BRASIL, 1988) – mostrando a submissão do governo e da população perante às mineradoras, presente até hoje.

Na década de 80 também sugeriram leis municipais cujas determinações incidiam diretamente sobre a área das Ambiências Históricas. Entre elas estão a Lei nº 1.192/1984 que estabeleceu a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal e a criação do Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico, através da qual ocorreram tombamentos de imóveis; além da Lei nº 1.179/1984, que isentava os proprietários dos imóveis preservados e tombados pelo município quanto ao pagamento do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e permitiam a transferência do direito de construir. Neste período, a prefeitura já solicitava apresentação de projetos de novas construções, mas não havia, segundo relatos de servidores, rigor na análise; tampouco acompanhamento junto ao IPHAN – cuja importância fora colocada pelo órgão em parecer contido no estudo de 1988.

Na década de 90 a Lei nº 2.116/1996 cria o Código de Obras. Nele, se menciona que as intervenções na área histórica deveriam ser analisadas pelo Conselho Municipal e que as características arquitetônicas estabelecidas para a paisagem urbana poderiam ser complementadas, mas não substituídas, não entrando em questões específicas da área estudada aqui – posteriormente, se cria a Lei Municipal nº 2.457/2004, que dispõe estritamente sobre os parâmetros de uso e ocupação do solo na área das Ambiências Históricas (baseada na revisão do estudo de 1988, realizada em 2002) e revisada em 2016.

As modificações expostas podem ser verificadas, ainda, a partir do crescimento demográfico. A população que em 1941 era de cerca de 5.000 habitantes (BRASIL, 1988), passou para 14.126 em 1970 e, em 1981, atingiu os 25.282 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE *apud* BRASIL, 1988) – último intervalo correspondente ao período da implantação da AÇOMINAS (BRASIL, 1988). Estes números equivalem a um

crescimento de 282,52% de 1941 a 1970, e de 179% nos últimos 11 anos (1970-1981), demonstrando a velocidade dessa ampliação populacional no período de desenvolvimento industrial da região.

Dados que demonstram a dimensão das significativas transformações na estrutura espacial, com a ocupação desordenada na área central, e agravados após o estudo de 1988. Nele, a área das “Ambiências Históricas de Congonhas” foi dividida em zoneamentos, cuja premissa básica era integrar as ações de preservação às ações de desenvolvimento urbano (BRASIL, 1988). O resultado desta divisão foi a delimitação de sete perímetros, entre os quais estão áreas de preservação principal – compreendendo as proximidades das três principais igrejas da cidade (Santuário, igrejas Matriz e Rosário) –, área de preservação secundária (adjacências das três igrejas, além da igreja São José); áreas vegetadas; área de preservação e revitalização (estação Ferroviária), área central e área de entorno.

Embora não seja o foco aqui discutir os pontos a serem aprimorados neste estudo, cabe destacar que algumas decisões, junto à sua revisão em 2002, que se fez mais permissível – e é utilizada como base para as diretrizes aplicadas pelos órgãos patrimoniais no município –, influenciaram consideravelmente a paisagem atual. Neste sentido, se destaca, por exemplo, a delimitação e os parâmetros para a zona central, na qual se englobou parte de vias do traçado original, que contribui para falta de clareza do traçado em cruz original e na alta densidade construtiva; cabendo ainda considerar a quantidade excessiva de placas publicitárias e acabamentos destoantes. Outro ponto do estudo é ter considerado as massas vegetadas tendo o Santuário como destino da visada, o que dificulta que as outras igrejas sejam destacadas e que tenham a ambiência original menos deturpada. Os desmembramentos e remembramentos não foram mencionados nas primeiras versões do estudo, tendo sido incorporados de forma genérica após o parecer do IPHAN e, apenas, nas zonas de preservação principal e secundária. Generalização, aliás, que acontece em todo o estudo, desde o levantamento às análises. De forma integral, o estudo parece muito mais preocupado em oferecer diretrizes quantitativas (através de parâmetros urbanísticos de responsabilidade municipal) do que diretrizes qualitativas, mais ligados à atuação do órgão federal.

Um dos fatores que possivelmente contribuíram para este resultado, abrangente e pouco objetivo, pode ser o fato do poder público municipal não ter domínio sobre questões que permeavam o campo patrimonial na época; somados à demora do IPHAN em instalar um escritório técnico no local. Pondera-se ainda que a cidade pode não ter recebido a devida atenção dos órgãos responsáveis e da comunidade, considerando a ideia modernista da

preservação patrimonial enquanto manutenção das características monumentais de um bem ou conjunto, estas não sendo o foco do tombamento em questão. Pontos que possivelmente favoreceram as modificações no espaço urbano, resultando na descaracterização e ilegibilidade dos atributos da paisagem, instituídos no tombamento. Reforçando esta ideia de descaracterização da paisagem, cabe considerar um outro viés colocado por Sartre (1970). Ele entende que, embora as ações humanas sejam livres, as primeiras influenciam o todo, sendo necessário que exista a preocupação e a participação do sujeito na sociedade, através do engajamento com a realidade. Como no caso em estudo as ações modificativas sobre o território não parecem ter tido como balizadores o engajamento com a realidade preexistente, nem tampouco o envolvimento social, pode-se considerar a ocorrência desta desfiguração.

Mas, tendo em vista a ideia da Sartre de que a existência precede a essência, sendo a função uma das condições da última, esta ideia de descaracterização não seria considerada. Isto porque ao considerar a função das edificações esta foi, de forma geral, mantida (usos residenciais e comerciais). Em relação ao espaço urbano, a função foi parcialmente modificada – como na ferrovia, na qual o aumento do uso de carros de passeio desmotivou o uso do trem, que passou a transportar apenas minério; e a Praça Dom Helvécio, que perdeu seu simbolismo, sendo apenas uma via pública veicular. Se considerarmos este entendimento, a partir do qual a paisagem primeiro existe para, então, ter sua essência criada pelos homens; a paisagem seria vista como concebida a partir daquilo que os sujeitos desejaram, de forma livre e, logo, não descaracterizada. Assim, poderia ser entendida como uma tradução da consciência humana refletida no espaço – embora também possa representar a angústia humana, a partir de suas escolhas nem sempre assertivas.

Retornando aos processos de alteração da paisagem se tem, no início do século XXI, mais precisamente a partir de 2005, o “boom da mineração”. Neste período, o município recebeu milhares de contratados das mineradoras provenientes de outras localidades, o que motivou vários proprietários de imóveis a dilatarem e elevarem os pavimentos de construções já existentes na área de ambiência e em áreas mais afastadas, tornando comum na paisagem, a partir de então, a existência de prédios com quatro pavimentos (antes existentes em baixa proporção); o aumento das placas publicitárias; novas construções com novos materiais e tipologias e o adensamento urbano. Com isso, a área das Ambiências Históricas passou por novas transformações (FIGURA 3), voltadas para construções com tipologias e materiais contemporâneos, além das requalificações urbanas.

Figura 3: Paisagem atual de Congonhas – adensamento e ilegibilidade do conjunto tombado.



Fonte: Autora, 2017.

Dentro das requalificações urbanas, se destacam o caso da Praça Presidente Kubitschek após as obras concluídas em 2012, que passou de “ajuste no tecido urbano” para um local considerado ponto de eventos e de encontro da população; e a Alameda Cidade Matosinhos de Portugal, concluída em 2016 e que buscou modernizar a principal área de interesse cultural no município – próxima ao Santuário e via onde foi implantado o Museu de Congonhas. Mencionando novamente alguns dados demográficos, se percebe que o crescimento neste século não foi tão discrepante como em períodos anteriores – como foi o caso, principalmente, entre 1960 e 1990 –, tendo em vista que, segundo o censo do IBGE, a população de 2010 equivalia a 48.519 habitantes (destes, mais de 97% residiam em área urbana) em contraponto aos pouco mais de 25 mil em 1981 (aumento de 192% em 29 anos). Consta, ainda, que existiam 14.076 domicílios permanentes em 2010 – dado que, quando comparado ao número de edificações existentes no final do século XIX (200 unidades), ajuda a ilustrar a dimensão da expansão da ocupação no território congonghense desde seus tempos remotos. Ainda segundo o IBGE, a estimativa em 2010 para o ano de 2017 era de 53.843 habitantes, o que corresponde a um aumento próximo a 10% em 7 anos, podendo ser considerado um período estável no que tange às transformações urbanas. Outro dado do instituto que chama atenção é que cerca de 50% do Produto Interno Bruto municipal provém da indústria, mostrando a continuidade da influência das mineradoras no território.

Além desses processos, a que se ponderar que, embora no Dossiê seja falado em vários momentos da necessidade em se respeitar as características arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas importantes na legitimação daquele conjunto, ao mesmo tempo em que entendia a necessidade de não frear o desenvolvimento econômico local, a proposta dos parâmetros construtivos, em suas revisões, priorizou a segunda questão, tendo em vista pontos como os mencionados aqui – como a ampliação do gabarito na área central –, que prejudicam a definição clara do eixo original norte-sul –; a não consideração, em todas as áreas e de forma objetiva, sobre desmembramentos e remembramentos; dentre outros. Questões estas que permitem entender os cidadãos enquanto sujeitos ou simples objetos da vida, como colocado por Sartre; e a paisagem ora como signo e ora como significação, sendo o suporte através do qual a aparência e a essência (ou o finito e o infinito sartriano) demonstram as manifestações presentes.

### **Considerações Finais**

A partir do levantamento e das análises quanto as alterações sofridas pelo Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas desde seu tombamento em nível nacional no ano de 1941, se entende que a paisagem atual é o resultado da constante tensão entre sua existência e sua essência (forma e símbolo). Se pensarmos sob o viés convencional do campo do patrimônio, que busca a manutenção da cultura de diversos povos através de seus exemplares materiais e de suas tradições e crenças, a comunidade parece não ter consciência nem interesse em saber se a essência que floresceu através de seus antepassados, baseada em atividades como a extração mineral e a religiosidade, está ligada à sua existência ou se o contrário. A partir de onde se presume que esta ausência influencia diretamente na salvaguarda do patrimônio, uma vez que a importância do conjunto e dos bens tombados não são vistos com um olhar cuidadoso (exceto no que tange ao Santuário), fazendo perceber que a comunidade prioriza a atividade da mineração e do desenvolvimento econômico e não dos fatores culturais.

Neste contexto, a paisagem é absorvida enquanto descaracterizada, ao se enxergar o espaço conforme as orientações e diretrizes dadas pelos órgãos de patrimônio que consideraram, a partir do que viram daquela paisagem na década de 40, uma essência subentendida ali que contribuía para representar parte da história nacional. Pode-se, ainda, entender que os cidadãos e a municipalidade abriram mão de seu poder de escolha, ao aceitarem os valores colocados pelas forças econômicas sem se imporem, perdendo o que diferencia o ser humano das coisas, segundo a visão sartriana.

Prosseguindo em ideias sartrianas existenciais – já mencionadas e adaptadas aqui ao contexto estudado –, a partir das quais se entende que a paisagem pode ser compreendida enquanto resultado da criação humana individual que, ao ser materializada em um ambiente comum obtém, posteriormente, uma essência coletiva; se pode concluir que a paisagem não foi descaracterizada. Enquanto organismo vivo que na coletividade, primeiro existe para, então, adquirir essência, o espaço urbano atual simplesmente é o que é; sendo o resultado da realidade marcada por seus diferentes períodos. Isto porque, embora a área das Ambiências Históricas de Congonhas não tenha a aparência típica das cidades coloniais mineiras benquistas pelas agências de turismo, é a realidade daquele local, onde comunidade e as forças de poder (políticas e econômicas) atuantes decidiram, em sua liberdade, fazerem daquele espaço o que entendiam como adequado, adaptando-a.

A ideia aqui não é classificar as alterações acumuladas na área de estudo como boas ou ruins mas, apenas, e dentro de algumas ideias a partir de conceitos sartrianos, entender que tanto esta paisagem quanto qualquer outra com valor instituído, necessita se abrir para uma visão que ultrapasse a forma de vê-la enquanto representação comum, entendendo-a enquanto constante construção que, por melhor agenciada e fiscalizada pelos órgãos de proteção, sempre se adaptará às condicionantes delimitadoras de seu tempo e estarão muito condicionadas à forma como os cidadãos a veem, vivenciam e se apropriam daquilo com que mantêm um sentimento de pertencimento; o que reforça a ideia da complexidade com que lidam as esferas que possuem atribuições sobre patrimônio diariamente e à constante necessidade de reflexões na área, considerando a ampla gama de variáveis em jogo. Pretende-se, também, destacar a importância da função social desses espaços – assunto a muito tempo tido como premissa no campo do patrimônio mas há pouco com tentativas concretas de efetivação –, fator salutar para a salvaguarda dos conjuntos urbanos e bens protegidos, uma vez que a população local, ao se sentir participante daquele espaço, adquire mais consciência e, por isso, escolhe e interfere no espaço de forma mais harmônica com o contexto preexistente – considerando a soma dos seus condicionantes formais (existência) e simbólicos (essência).

Logo, o conjunto tombado de Congonhas, embora não seja a versão ideal daquela idealizada pelos modernistas no início do século XX e embora tenha sofrido um preço histórico-cultural alto, é uma realidade importante a se considerar nas reflexões do patrimônio cultural. Apesar de toda desfiguração quando comparada à paisagem de 1941, questões comuns em muitos conjuntos urbanos brasileiros mais preservados, como o abandono de imóveis em áreas tombadas, a gentrificação e a construção de falsos históricos ainda é tímida. Ao mesmo tempo expressa de forma latente, dentre outras



questões, as dificuldades dos órgãos em uma ação mais próxima e assertiva; os riscos que forças econômicas dominantes representam, quando inseridas em um ambiente com essência considerada importante para o país em um dado momento, além da importância que a transmissão do conhecimento sobre a história e a cultura de um lugar tem para a preservação da identidade de uma comunidade.

Tais pontos demonstram a dificuldade prática existente no campo do patrimônio, em abolir a dualidade entre aparência e essência em contextos que são tidos como históricos e considera-las em união. Talvez pelo enraizamento da concepção do patrimônio relacionada aos conceitos de monumentalidade e de excepcionalidade no país. Princípios que nunca foram o cerne do conjunto em estudo e através do qual é possível perceber com clareza, a necessidade de ampliação desta e de outras visões não apenas conceitualmente, mas de forma prática, como acontece em conceitos como o das paisagens urbanas históricas, a partir do qual estas são entendidas e tratadas enquanto fenômenos indicativos de si mesmas, onde forças opostas devem conviver de forma harmônica, não sendo possível negar a existência de nenhuma delas.

## Referências

BRASIL. Casa Civil. *Decreto-Lei nº 25*. [Brasília]: Casa Civil, 1937. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm)>. Acesso em: 25 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura (MinC). *Processo nº 238-T-41* – Congonhas/MG: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas do Campo. Belo Horizonte: Ministério da Cultura; Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), 1988.

COSTA, Domingos (Domingos Costa). *“Assim era Congonhas em 1965”*. 21 maio 2018. Post do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1851551958200323&set=a.552244468131085.1073741829.100000366095436&type=3&theater>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

GAUTHEROT, Marcel. *Paisagem Moral*. São Paulo: Instituto Moreira Salles. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Congonhas. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/congonhas/pesquisa/23/47427?detalhes=true>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. *O existencialismo é um humanismo*. Paris: Les Éditions Nagel, 1970. Disponível em: <[http://stoa.usp.br/alexccarneiro/files/-1/4529/sartre\\_existencialismo\\_humanismo.pdf](http://stoa.usp.br/alexccarneiro/files/-1/4529/sartre_existencialismo_humanismo.pdf)>. Acesso em: 08 ago. 2018.